

Relatório executivo do projeto

# Boas práticas regulatórias, avaliação de impacto regulatório e coerência regulatória Paraguai

Paraguai



# Boas práticas regulatórias, avaliação de impacto regulatório e coerência regulatória

## Paraguai

### 1. Introdução

O comércio internacional em espaços globalizados estabelece mecanismos de mudança e adaptação às novas tendências, especialmente reconhecendo que, nas últimas décadas, a quantidade de normas e regulamentos aumentou. Nesse cenário, a adoção de boas práticas regulatórias e a avaliação dos impactos e riscos associados às práticas regulatórias constituem ferramentas centrais para evitar obstáculos desnecessários ao comércio e facilitar a inserção de produtos nacionais em mercados novos e exigentes, maximizando o bem-estar social.

Em 2018, América Latina e Caribe registraram, no indicador de qualidade das regulamentações contra influência indevida, uma média de 4,08 na escala de 0 a 9, enquanto o Paraguai registrou uma pontuação de 0 (OCDE, 2018)<sup>1</sup>. O Paraguai, como membro do Centro de Desenvolvimento da OCDE,<sup>2</sup> está comprometido com melhorar a qualidade regulatória em todos os níveis do governo.<sup>3</sup> Não obstante os controles de qualidade e as ferramentas de elaboração de normas, continua existindo disparidade entre os requerimentos formais e sua implementação, e o aprimoramento das capacidades institucionais para fechar essa brecha é substancial.

As medidas regulatórias são essenciais para fortalecer as instituições e para promover práticas transparentes, que devem partir de procedimentos e etapas previsíveis por meio da implementação de regulamentos, normas técnicas e procedimentos de avaliação da conformidade. O objetivo é aprimorar a infraestrutura de qualidade, a fim de beneficiar os cidadãos e os operadores econômicos, e gerar estratégias sustentáveis diante da dinâmica de alta rotatividade de autoridades e atores-chave.

Nesse contexto, a Direção de Informação e Notificação de Comércio Exterior do Ministério da Indústria e Comércio, por meio do Programa de Cooperação em favor do Paraguai do Sistema de Apoio aos Países de Menor Desenvolvimento

---

<sup>1</sup> Para mais informações, ver: <https://www.oecd.org/gov/gov-at-a-glance-alc-country-factsheet-es-2020-paraguay.pdf>

<sup>2</sup> Para mais informações, ver: <https://www.oecd.org/dev/paraguay-convierte-miembro-centro-desarrollo-ocde.htm>

<sup>3</sup> Para mais informações, ver: [https://www.oecd-ilibrary.org/governance/oecd-regulatory-policy-outlook-2018\\_9789264303072-en](https://www.oecd-ilibrary.org/governance/oecd-regulatory-policy-outlook-2018_9789264303072-en)

Econômico Relativo (PMDERs), apresentou o projeto “Boas práticas regulatórias, avaliação de impacto regulatório e coerência regulatória”. No projeto, reconheceu-se que o país participa ativamente de múltiplas negociações relacionadas à regulamentação das barreiras técnicas ao comércio. Não obstante, também se afirma que existe a necessidade de aprofundar conhecimentos e de fortalecer capacidades dos funcionários públicos com competência para emitir regulamentos ou normas técnicas voltadas à proteção da saúde, segurança e meio ambiente, e contra práticas enganosas, buscando sua compatibilidade com as normas internacionais com o menor impacto possível.

## 2. Atores e atividades

Reconhecendo a trajetória dos Estados Unidos Mexicanos em matéria regulatória, bem como de cooperação bilateral, regional e multilateral na região (OECD, 2018)<sup>4</sup>, o país foi convidado a prestar cooperação técnica mediante workshop de três dias, liderado pelo coordenador-geral de Manifestações de Impacto Regulatório da Comissão Nacional de Melhoria Regulatória (CONAMER)<sup>5</sup>.

A cooperação contou com a participação de 35 funcionários públicos, autoridades nacionais e da Secretaria Geral da Associação Latino-Americana de Integração. Com base em uma metodologia de aprendizagem de competências da tríade *conhecer, compreender e utilizar de forma apropriada*, foram apresentados aspectos teóricos de melhoria regulatória e análise de impacto regulatório, bem como aplicações práticas baseadas em regulamentos técnicos paraguaios, levando em consideração a expertise do México no assunto.

O principal objetivo do projeto foi fornecer aos funcionários conhecimento sobre reforma regulatória internacional, regional e nacional a partir da experiência de instituições, incluindo boas práticas regulatórias, avaliação de impacto regulatório e coerência regulatória, e desenvolver capacidades analíticas e de pesquisa com base no estudo de avaliação de impacto regulatório.

No primeiro dia, apresentou-se a abordagem teórica e a experiência mexicana nos processos de reforma regulatória, com todas as oscilações que sofreu desde o início do processo, considerando os desafios enfrentados e as lições apreendidas:

- Detalhou-se a trajetória histórica da Política de Melhoria Regulatória no México, desde a criação da Unidade de Desregulamentação no Ministério do Comércio e Desenvolvimento Industrial (atual Ministério da Economia)

<sup>4</sup> Para mais informações, ver: <https://www.oecd-ilibrary.org/sites/9789264305762-7-es/index.html?itemId=/content/component/9789264305762-7-es>

<sup>5</sup> Para mais informações, ver: <https://www.gob.mx/conamer/que-hacemos>  
[https://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/ref/lgmr/LGMR\\_orig\\_18may18.pdf](https://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/ref/lgmr/LGMR_orig_18may18.pdf)

- em 1989, até a elaboração da Estratégia Nacional de Melhoria Regulatória, em 2019.
- Refletiu-se sobre o papel dessa estratégia para alinhamento da política de desenvolvimento nacional em todos os níveis de governo, levando em conta as características do país.
  - Apresentaram-se os elementos essenciais para a implementação de uma política regulatória; descreveram-se os princípios e objetivos de melhoria regulatória dos sujeitos envolvidos, a partir de roteiro concebido como Sistema Nacional de Melhoria Regulatória, e expuseram-se as características da Lei Geral de Melhoria Regulatória (LGMR), bem como a governança que ela estabelece.
  - Descreveram-se os elementos que integram o *Catálogo Nacional de Regulaciones, Trámites y Servicios* (CNARTyS),<sup>6</sup> conforme recomendações a fim de determinar certeza jurídica às partes interessadas, e seu mecanismo de implementação em escala sub-nacional, estabelecendo estratégias comunicativas em ambos os níveis (nacional e sub-nacional) para serem incorporadas em um único catálogo.

O primeiro dia foi encerrado com a introdução do procedimento de melhoria regulatória e sua respectiva análise de impacto.

No segundo dia, foi apresentado o modelo mexicano de Análise de Impacto Regulatório (AIR), seus elementos constitutivos e algumas ações necessárias para acompanhar essa ferramenta de gestão. Isto, com vistas a gerar valor agregado nas regulamentações voltadas para o desenvolvimento sustentável. Apresentaram-se ainda o formulário AIR, os elementos mínimos de análise e as áreas de oportunidades que sua aplicação apresenta para os órgãos reguladores. Por fim, foram determinados os elementos mínimos que os procedimentos e serviços devem atender para serem incluídos no catálogo unificado e as restrições estabelecidas pelas normas.

Durante o terceiro dia, aplicaram-se os conteúdos a partir de estudos de caso, com base em tópicos de interesse priorizados pelos participantes: segurança elétrica (segurança de instalações elétricas no lar), transporte (qualidade do sistema de transporte público de passageiros em Assunção e área metropolitana) e alimentos (regulamentação da rotulagem frontal em comparação com a experiência mexicana nessa regulamentação). Para cada setor, os grupos tiveram de definir o problema (árvore de problemas e árvore de objetivos), os objetivos e as possíveis alternativas.

---

<sup>6</sup> O CNARTyS inclui *Registro Nacional de Regulaciones, Registro de Trámites y Servicios, Expediente para Trámites y Servicios, Registro Nacional de Visitas Domiciliarias, Protesta Ciudadana*.

O trabalho nessas três áreas permitiu fazer uma conceptualização experimental e buscar soluções eficazes, expondo e debatendo diversas posições. O especialista encarregado da CONAMER fez uma devolução, gerando retroalimentação ao exercício. Foram abordados, ainda, os enfoques de avaliação *ex post* de regulamentações e programas específicos de aprimoramento de regulamentações (programas de aprimoramento de regulamentações, programa de reforma de setores prioritários [PROREFORMA], método econômico e jurídico de reforma-melhoria).

### 3. Consecuções

O Paraguai, como a maioria dos países da região, enfrenta desafios em matéria de aprimoramento regulatório, devido aos compromissos assumidos. No âmbito da cooperação horizontal, o workshop levou a um aumento das capacidades dos funcionários públicos, em relação ao aperfeiçoamento da tomada de decisões desde a fase inicial do processo regulatório, de acordo com as melhores práticas na região e os princípios da OCDE<sup>7</sup>.

Levando em conta os perfis e sua participação no processo regulatório, compreender as etapas da ferramenta de análise de impacto regulatório<sup>8</sup> constitui uma oportunidade de transferir conhecimento em suas respectivas unidades organizacionais, buscando racionalizar e otimizar os processos, melhorando a gestão pública, por meio da redução de custos desnecessários.

As pessoas participantes do workshop destacaram a importância da atividade como instância que buscou o intercâmbio de boas práticas, além de complementar e retroalimentar as competências sobre a temática. Embora os objetivos tenham sido alcançados, uma lição aprendida foi a necessidade de estender esse tipo de evento para cinco dias, a fim de estabelecer mais espaços para consultas ou esclarecimentos para as pessoas participantes.

### 4. Reflexões finais

Devido à sua complexidade, os processos de melhoria devem ser adaptados a seu contexto, mediante a participação de todas as partes interessadas e de sistemas de incentivo, bem como com mecanismos de monitoramento e avaliação que permitam a reengenharia necessária para aumentar o valor público das intervenções. O Paraguai está dando passos incipientes em matéria de melhoria regulatória. Há desafios na dimensão regulatória que precisam ser abordados de forma sistêmica para aumentar o bem-estar e gerar benefícios sociais e

<sup>7</sup> Para mais informações, ver: [https://www.oecd-ilibrary.org/governance/regulatory-impact-assessment\\_663f08d9-en](https://www.oecd-ilibrary.org/governance/regulatory-impact-assessment_663f08d9-en)

<sup>8</sup> Para mais informações, ver: <https://www.oecd-ilibrary.org/sites/cdc7f120-es/index.html?itemId=/content/component/cdc7f120-es>

econômicos. É necessário continuar avançando nos processos de transformação organizacional para que as boas práticas de governança sejam aplicadas em todos os níveis do governo.

Em um contexto globalizado, os mecanismos de cooperação regulatória são fundamentais para garantir que as agendas nacionais estejam alinhadas com as agendas internacionais, evitando distorções que afetem o comércio de bens e serviços.

Em resumo, o uso de padrões internacionais como marco, bem como de boas práticas na região, oferece oportunidades para atingir objetivos regulatórios legítimos. Essa cooperação ajudou a contribuir para o processo de aprimoramento das políticas públicas, fornecendo aos funcionários públicos ferramentas para reduzir os riscos e as falhas regulatórias, reduzindo os efeitos distributivos e os encargos desnecessários para os cidadãos e as empresas, e fortalecendo os pilares de um Estado aberto, confiável e transparente.